

ESCOLAS e INFRAESTRUTURAS

SCHOOLS AND INFRASTRUCTURES

"... não existe nenhuma referência a um modelo tipológico, um exemplo que pudesse servir de base (...). Os limites da projeção são agora físicos e legais. Na verdade, a legislação que tutela este tipo de edifícios, é quase, talvez, o novo modelo tipológico de referência. É ela que baliza e orienta de uma forma clara o que se pode ou não fazer."¹

Em consequência do Protocolo de Quioto, a 4 de abril de 2006, são publicados um conjunto de diplomas legais relativos ao Sistema de Certificação Energética e Qualidade do Ar Interior (SCE), aos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE), e ao Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCC-TE). Complementarmente, e ainda em 2006, é promovida nova legislação referente à melhoria das condições de acessibilidade e, entre 2006 e 2008, aos requisitos acústicos. Finalmente, em 2009, entra em vigor um novo enquadramento legal relativo à Segurança Contra Incêndios (SCIE) que, na sua articulação conjunta, vem determinar a exigência de uma carga infraestrutural de significativa complexidade.

Atendendo a que a reabilitação das construções escolares levada a cabo pela Parque Escolar incide exclusivamente em edifícios pré-existentes, os níveis de intrusão construtiva e espacial afiguram-se potencialmente majorados por aquela condição do edificado que, desta forma, são impelidos a incorporar uma parafemália de sistemas potencialmente conflituantes e eventualmente desajustados.

A arquitetura reagiu positivamente e com criatividade a esta incursão, propondo soluções que, ora integrando e dissimulando, ora expondo e declarando, permitiram acolher as infraestruturas técnicas com um sentido de equilíbrio, de razoabilidade e de bom-senso, resultado para o qual o desenho contribuiu decisivamente.

Diversos na materialização das soluções, os autores dos projetos de arquitetura conduziram as opções infraestruturais a partir de um desígnio espacial e arquitetónico que, superando o estrito cumprimento da verificação funcional, responderam, como sempre, a partir de uma estratégia globalizadora e integrada. Nesse contexto, se na escola Sá de Miranda o arq.º Bernardo Távora perseguiu, em defesa da integridade de uma imagem "original" do antigo Colégio, uma total dissimulação das componentes infraestruturais; na intervenção assinada pelo arq.º Manuel Fernandes de Sá na escola Rodrigues de Freitas, aqueles elementos são conscientemente assumidos (e desenhados), articulando-se com o liceu histórico numa clara demarcação dos dois tempos de intervenção. Na escola de Lousada, o arq.º José Manuel Carvalho Araújo manipula os sistemas de tratamento de ar de modo a construir uma narrativa que, forrando os edifícios existentes com uma nova pele, os considera na construção da linguagem e da imagem, enquanto o arq.º José Manuel Soares, na escola de Santa Maria da Feira, explora aqueles sistemas como se de elementos escultóricos se tratassem, propondo um sentido de instalação artística.

Percebemos ainda que, apesar da carga dos sistemas infraestruturais, as várias escolas intervencionadas mostram, afinal, uma diversidade de soluções cuja essência é subordinada da inteligência dos autores e não tanto das "inevitabilidades" tecnicistas.

E independentemente das estratégias dos autores e dos resultados obtidos, convirá reforçar que o Programa desenvolvido pela Parque Escolar constituiu o primeiro momento com expressão quantitativa e qualitativa que permitiu tomar consciência da intensidade daquelas exigências e da carga infraestrutural a implementar nos edifícios tendo, dessa forma, representado um sentido experimental, mas sobre o qual importa refletir, de modo a contribuir para repensar e otimizar o quadro legislativo adequando-o às nossas realidades climáticas, ambientais, socioculturais e económicas.

¹ NEVES, Hugo - "O processo de diagnóstico: a caracterização funcional". In AFONSO, Rui Bráz; LADIANA, Daniela (org.) - O espaço da escola. (p. 112).

"... there is no reference to a typological model, an example that could serve as a foundation (...). The limits of projection are now physical and legal. In fact, the legislation that governs these types of buildings is almost, perhaps, the new typological model of reference. It is it which leads and directs in a clear way what can and cannot be done".¹

As a result of the Kyoto Protocol, on the 4th of April 2006, a series of legal documents relating to Energy Certification and Indoor Air Quality System (Sistema Certificação Energética e Qualidade do Ar - SCE) Energy Systems for Climate Control in Buildings (Sistema de Certificação Energética de Climatização em Edifícios - RSECE) and the Regulation of the Characteristics of Thermal Behaviour of Buildings (Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios - RCCTE). In addition, and still in 2006, new legislation is endorsed regarding the improvement of accessibility conditions and, between 2006 and 2008, the acoustic requirements. Finally, in 2009, a new legal framework on Fire Safety (Segurança Contra Incêndios - SCIE) is established which, in their joint articulation, determines the requirement of an infrastructural consignment of significant complexity.

Considering that the rehabilitation of school buildings carried out by Parque Escolar, focuses exclusively on pre-existing buildings, the levels of constructive and spatial intrusion are potentially increased by that of the building's condition, which in this way are impelled to incorporate a lot of of potentially conflicting and possibly not well-adjusted systems.

The architecture reacted positively and creatively to this incursion, suggesting solutions that, sometimes integrating and dissimulating, sometimes exposing and declaring, allowed to welcome the technical infrastructures with a sense of balance, reasonableness and common sense, a result for which its design contributed decisively.

Diverse in materializing solutions, the authors of the architectural projects led the infrastructural options from a spatial and architectural design that, surpassing the strict fulfilment of the functional verification, responded, as always, from a globalizing and integrated strategy. In this context, if in the Sá de Miranda school the architect Bernardo Távora pursued, in defence of the integrity of an "original" image of the former School, a total dissimulation of the infrastructural components, in the intervention signed by the architect Manuel Fernandes de Sá in Rodrigues de Freitas school, these elements are consciously implicit (and designed), articulating with the historical high school in a clear separation of the two intervention periods.

At Lousada school, the architect José Manuel Carvalho Araújo manipulates the indoor air treatment systems in order to construct a narrative that, covering existing buildings with a new shell, considers them in the construction of language and image, José Manuel Soares, at Santa Maria da Feira school, explores those systems as if they were sculptural elements, proposing a sense of artistic installation.

We also observe that, despite the burden of the infrastructural systems, the various schools that were intervened show, after all, a diversity of solutions whose essence is subordinated to the authors' intelligence and not so much of the technicity "inevitabilities". And independently of the authors' strategies and the results they attained, it should be emphasized that the Program developed by Parque Escolar constituted the first instant with quantitative and qualitative expression that made it possible to become aware of the intensity of those requirements and of the infrastructural consignment to be implemented in the buildings an experimental sense, but on which it is important to reflect, in order to contribute to rethink and optimize the legislative framework, adapting it to our climatic, environmental, sociocultural and economic realities.

¹ NEVES, Hugo - "O processo de diagnóstico: a caracterização funcional" In AFONSO, Rui Bráz; LADIANA, Daniela (org.) - O espaço da escola (p. 112).